CEC00113 - Política Agrícola

Instrumentos de Política Econômica que Afetam a Agropecuária[1]

Samuel Campos

Instituto de Ciências da Sociedade e Desenvolvimento Regional- Universidade Federal Fluminense (ESR/UFF)

samuelcampos@id.uff.br

23 de março de 2018

[1] Conteúdo extraído de Bacha (2012), Economia e Política Agrícola no Brasil

Tópicos

1. Política Cambial
   - Efeitos de uma valorização cambial sobre a agropecuária
   - Efeitos de uma desvalorização cambial sobre a agropecuária

2. Política de Rendas
   - Legislação trabalhista
   - Política de zoneamento do uso da terra

Section 1

Política Cambial

Política Cambial

Política Cambial

- A política cambial refere-se à determinação da *taxa de câmbio*.
- A taxa de câmbio (λ) refere-se à quantidade de unidades monetárias brasileiras trocadas por cada unidade de moeda estrangeira

Desvalorização cambial

Devemos trocar uma quantidade maior de reais por cada unidade de dólar

Valorização cambial

Devemos trocar menos reais por cada unidade de dólar

Política Cambial

Exemplo

Situação inicial:	R$1,59 = US$ 1,00
Desvalorização cambial	R$ 1,75 = US$ 1,00
Valorização cambial:	R$ 1,43 = US$ 1,00

Política Cambial

- Uma desvalorização real tem o efeito *esperado* de aumentar nossas exportações e diminuir nossas importações;
- Uma valorização real tem o efeito *esperado* de diminuir nossas exportações e aumentar nossas importações;
- O exportador e importador brasileiro está interessado nos preços reais do produto exportado e importado.

Política Cambial

Exemplo

Seja:

- $PE^{R\$}$ =preço bruto em reais recebido pelo exportador brasileiro;
- $PE^{US\$}$ =preço bruto em dólar recebido pelo exportador brasileiro;
- $PM^{R\$}$ = preço em reais pago pelo importador brasileiro;
- $PM^{US\$}$ = preço em dólar pago pelo importador brasileiro;
- λ = taxa de câmbio (quantidade de reais trocados por cada unidade de dólar).

Tem-se que:

- $PE^{R\$} = \lambda \cdot PE^{US\$}$ e $PM^{R\$} = \lambda \cdot PM^{US\$}$

Política Cambial

Exemplo

Sendo $PE^{R\$} = \lambda \cdot PE^{US\$}$ e $PM^{R\$} = \lambda \cdot PM^{US\$}$, suponha que $PE^{US\$} = 100$ e $PM^{US\$} = 10.000$. Calcule $PE^{R\$}$ e $PM^{R\$}$ para as taxas de cambio abaixo:

1. $\lambda = 1,59$
2. $\lambda = 1,75$

Política Cambial

Exemplo

Sendo $PE^{R\$} = \lambda \cdot PE^{US\$}$ e $PM^{R\$} = \lambda \cdot PM^{US\$}$, suponha que $PE^{US\$} = 100$ e $PM^{US\$} = 10.000$. Calcule $PE^{R\$}$ e $PM^{R\$}$ para as taxas de cambio abaixo:

1. $\lambda = 1,59$
   - $PE^{R\$} = 1,59 \cdot 100 = R\$159,00$
     $PM^{R\$} = 1,59 \cdot 10.000 = R\$15.900,00$
2. $\lambda = 1,75$
   - $PE^{R\$} = 1,75 \cdot 100 = R\$175,00$
     $PM^{R\$} = 1,75 \cdot 10.000 = R\$17.500,00$

Nesse caso, o exportador brasileiro (em condições *coeteris paribus*) desejaria exportar mais produtos a $US\$100$ cada e o importador desejaria importar menos produtos a $US\$10.000$ cada um.

Política Cambial

Exercício

No exemplo anterior, considere que o produtor resolva vender o seu produto a $PE^{US\$} = 95$. Quanto ele receberá em reais se a taxa de câmbio fosse R$1,75 por US$1,00? Compare esse valor em reais com o que se obtinha quando $\lambda = 1,59$ e $PE^{US\$} = 100$

Política Cambial

Exercício

No exemplo anterior, considere que o produtor resolva vender o seu produto a $PE^{US\$} = 95$. Quanto ele receberá em reais se a taxa de câmbio fosse R$1,75 por US$1,00? Compare esse valor em reais com o que se obtinha quando $\lambda = 1,59$ e $PE^{US\$} = 100$

- $PE^{R\$} = 1,59 \cdot 100 = R\$159,00$
- $PE^{R\$} = 1,75 \cdot 95 = R\$166,25$

Política Cambial

Taxa de Câmbio

- A partir de 13-01-1999, o Banco Central deixou de fixar explicitamente as bandas cambiais, passando o Brasil a um sistema de taxa de câmbio com flutuação suja.
- O mercado determina a taxa de câmbio, e o Banco Central opera para evitar oscilações que julgar não consistentes com suas metas macroeconômicas.

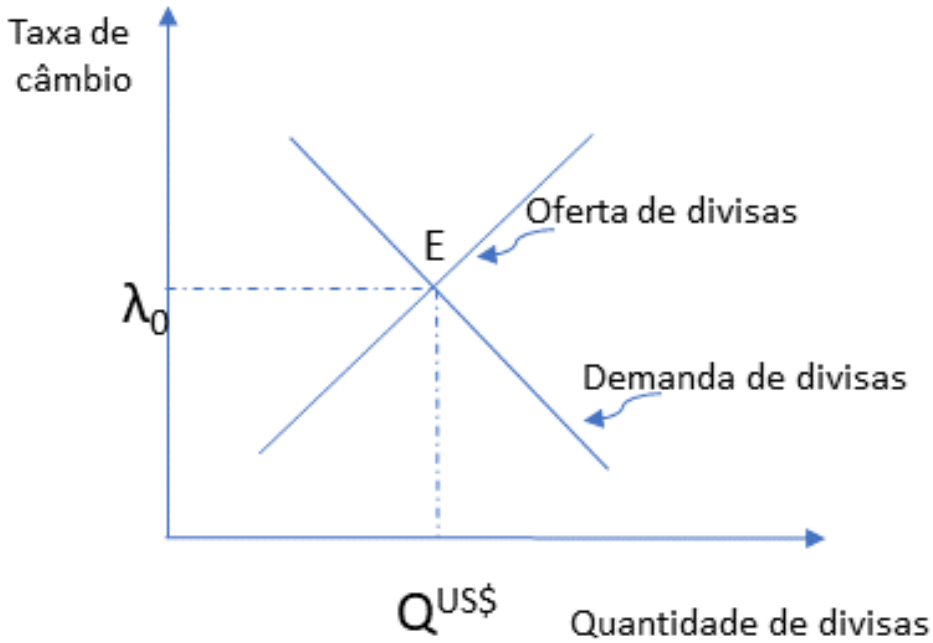

Figura 1: Determinação da taxa de câmbio

Política cambial

Evolução da taxa de câmbio nominal mensal do Brasil

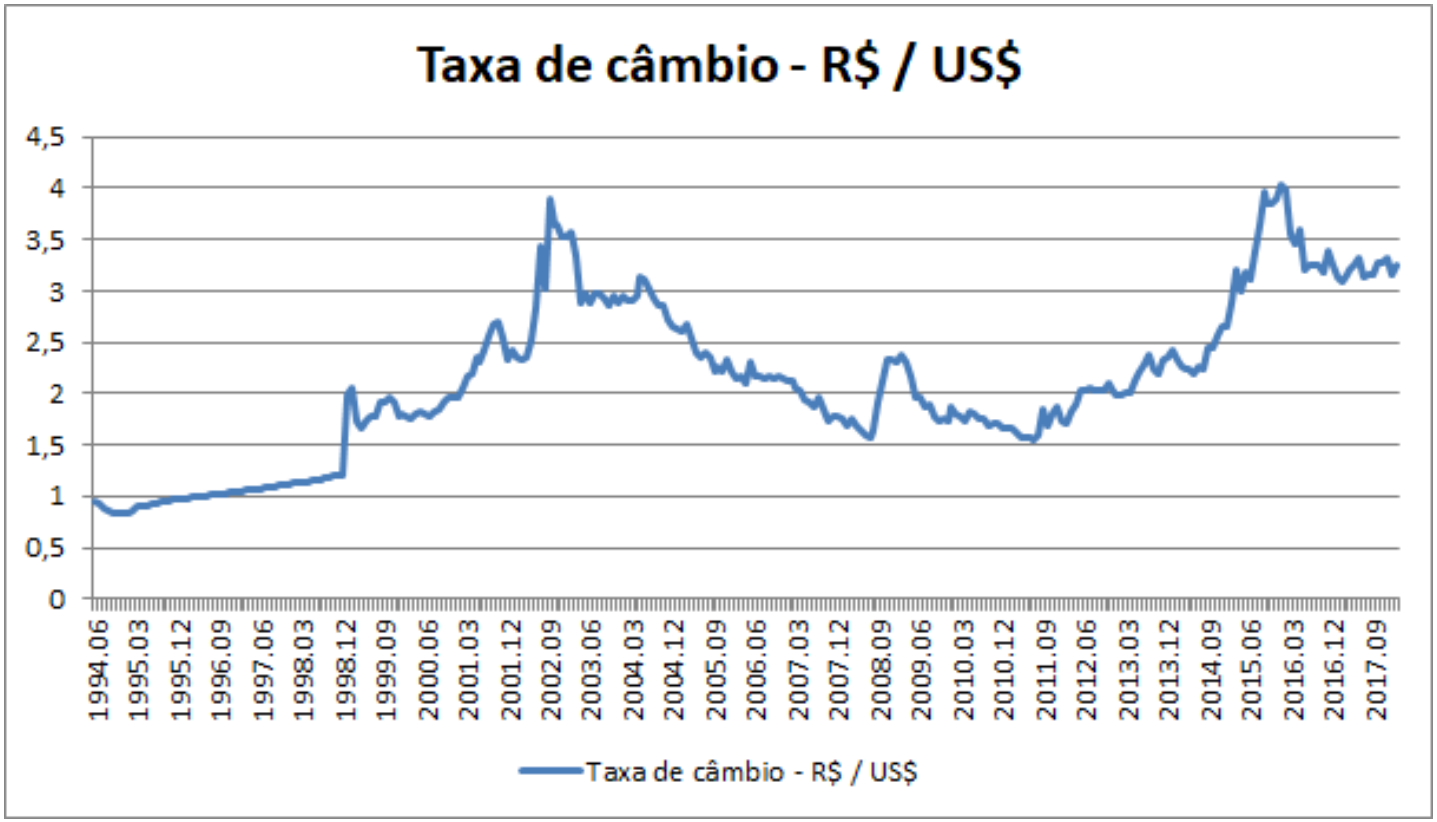

Figura 2: Evolução da taxa de cambio nominal do Brasil, janeiro de 1994 a fevereiro de 2018 [3]

[2] Taxa de câmbio - R$ / US$ - comercial - compra - fim período - R$ - Banco Central do Brasil (Bacen / Boletim / BP). Disponível em `http://ipeadata.gov.br/`

Subsection 1

Efeitos de uma valorização cambial sobre a agropecuária

Política cambial

Efeitos de uma valorização cambial sobre a agropecuária

A valorização cambial é prejudicial à agropecuária por duas razões

- Diminui a receita em reais obtida pelo segmento agrícola exportador, subsidiando os importadores, pois esses compram dólares com menos reais. Esse é um mecanismo de transferência de renda da agropecuária para outros setores;
- Reduz o preço em reais de produtos agropecuários estrangeiros importáveis, o que força, via concorrência, a redução do preço em reais de produtos agropecuários nacionais no mercado interno.

Os efeitos de uma desvalorização cambial sobre a agropecuária são o inverso da valorização cambial.

Subsection 2

Efeitos de uma desvalorização cambial sobre a agropecuária

Produtos exportáveis com demanda inelástica a preços

- Um produto apresenta demanda inelástica a variações de preços se a quantidade demandada varia menos do que proporcionalmente à variação de preço.
- Por exemplo, se o preço de um produto diminuir em 1% e a quantidade demandada aumentar em 0,5%, diz-se que a elasticidade-preço da demanda é - 0,5.
- Sempre que o módulo da elasticidade de demanda for menor que 1, diz-se que a demanda é inelástica a variações de preços;

Política cambial

Efeitos de uma desvalorização cambial sobre a agropecuária

Uma desvalorização cambial tem o efeito de:

- Aumentar o preço em reais recebido pelo exportador.
- Pode causar, também, uma redução do preço em dólar pedido pelo exportador.

Política cambial

Efeitos de uma desvalorização cambial sobre a agropecuária

Uma desvalorização cambial tem o efeito de:

- Aumentar o preço em reais recebido pelo exportador.
- Pode causar, também, uma redução do preço em dólar pedido pelo exportador.

Exemplo

Suponha a situação inicial $PE^{US\$} = 100,00$, $\lambda_0 = 1,59$ e $PE^{R\$} = 159,00$.
Se ocorrer uma desvalorização cambial de 10%, teremos:

- $PE^{R\$} = 175,00$ e $PE^{US\$} = 100,00$

Contudo, é possível diminuir $PE^{US\$}$ e ainda ter aumento de $PE^{R\$}$.

- Considere que $PE^{US\$} = 99,00$ (queda de 1% no $PE^{US\$}$).
- Com $\lambda_1 = 1,75$, teremos $PE^{R\$} = 173,25$

Política cambial

Efeitos de uma desvalorização cambial sobre a agropecuária

- Os exportadores podem desejar reduzir o $PE^{US\$}$ para aumentar a quantidade exportada.
- Se a demanda pelos produtos exportáveis for inelástica a preços
  - A quantidade exportada cresce menos do que proporcionalmente à queda de preços;
  - A receita em dólares ira diminuir, ainda que a receita em reais aumente.

Exemplo

- Antes da desvalorização cambial eram exportadas 100.000 unidades do produto a US$ 100,00 a unidade, a receita total era de US$ 10.000.000.
- Se a demanda é inelástica a variações de preços, por exemplo $\epsilon = 0,5$: A queda de 1% nos preços é acompanhada do aumento da demanda de 0,5%.
- Ao preço de US$ $= 99$,00 são exportadas 100.500 unidades do produto e a nova receita total será $99 * 100.500 = 9.949.500$,
- Queda de US$ 50.500.

Política cambial

Efeitos de uma desvalorização cambial sobre a agropecuária

- O governo federal tem adotado uma política de sobretaxar os produtos de demanda inelástica, de modo a evitar que a desvalorização cambial conduza à redução de seu preço em dólar
- Essas cotas de contribuição foram utilizadas sobre as exportações de café e cacau até a década de 1980.

Section 2

Política de Rendas

Política de Renda

Definição

A política de rendas constitui-se em uma série de regulamentações que restringem:

- a produção e comercialização de produtos e o uso dos fatores de produção; e/ou
- determina valores mínimos ou máximos para pagamentos pelo uso de fatores ou por produtos elaborados em uma economia.

Política de Renda

Definição

A política de rendas constitui-se em uma série de regulamentações que restringem:

- a produção e comercialização de produtos e o uso dos fatores de produção; e/ou
- determina valores mínimos ou máximos para pagamentos pelo uso de fatores ou por produtos elaborados em uma economia.

Exemplos

- a legislação trabalhista, definindo regras de uso da força de trabalho e sua remuneração;
- a política de zoneamento de uso da terra, definindo que porção do espaço físico pode ser utilizada e como;
- as políticas de determinação de correções de preços (como planos de congelamento de preços).

Política de Renda

- As políticas de rendas materializam-se na forma de legislação (leis, decretos, portarias, por exemplo) que definem as regulamentações sobre como e quanto utilizar de fatores de produção e que preços pagar ou cobrar por serviços de fatores de produção e preços de bens e serviços.
- As principais políticas de rendas que afetam a agropecuária são a política de preços mínimos, a legislação trabalhista e a política de zoneamento do uso da terra.

Subsection 1

Legislação trabalhista

Legislação trabalhista

A legislação trabalhista estabelece limites máximos para a jornada de trabalho, salário-mínimo para o trabalhador e encargos sobre o salário a serem pagos pelo empregador

Salário Mínimo

- o salário-mínimo é definido pelo Governo Federal e foi criado em 1942, quando da promulgação da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).
- Pela CLT o salário-mínimo deveria ser um valor suficiente para arcar com as despesas de uma família composta de quatro membros (pai, mãe e dois filhos).

Encargos

Os principais encargos legais sobre a folha de pagamento são:

- Pagamento ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), que equivale a 8% sobre o salário pago. O FGTS é administrado pela Caixa Econômica Federal e é depositado em conta específica do trabalhador, compondo um fundo para sua demissão ou aposentadoria. Também é permitido ao trabalhador o saque de seu valor em algumas condições especiais, como a compra da moradia própria, por exemplo;
- Pagamento de contribuição ao Programa de Integração Social (PIS) no valor de 1% sobre o salário mensal. O PIS sobre a folha de pagamento é cobrado sobre certas organizações (sem fins lucrativos, por exemplo), mas empresas comerciais e industriais não pagam o PIS sobre a folha de pagamento, pois o pagam sobre o faturamento;

Encargos (continuação)

Os principais encargos legais sobre a folha de pagamento são:

- Pagamento de contribuição ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) no valor de 20% do salário. O trabalhador também paga um valor adicional que pode ser de 8%, 9% ou 11% de seu salário de contribuição para o INSS. Esses recursos compõem um fundo para que o governo pague, no futuro, a aposentadoria ao trabalhador;
- Pagamento de férias e 1/3 de abono férias por ano. Esses dois juntos equivalem a 11,11% do salário mensal;
- Pagamento do 13º salário, equivalente a 8,33% do salário mensal

Subsection 2

Política de zoneamento do uso da terra

Política de zoneamento do uso da terra

A política de zoneamento do uso da terra é feita para uso do solo urbano e da terra agrícola.
No caso do uso do solo urbano, o município pode legislar sobre o tipo de construção e uso em cada área (se habitacional ou comercial), a altura máxima da edificação e o recuo mínimo da construção em relação à calçada, por exemplo.

A legislação florestal

É parte da legislação ambiental, impõe ao proprietário rural a obrigação em separar três áreas dentro de sua propriedade

A legislação florestal

É parte da legislação ambiental, impõe ao proprietário rural a obrigação em separar três áreas dentro de sua propriedade

1. Áreas de proteção permanente (APP), que são as áreas à margem de fluxos de água, topo de montes e em áreas muito íngremes, as quais devem ser mantidas com vegetação nativa e não podem ser usadas.

A legislação florestal

É parte da legislação ambiental, impõe ao proprietário rural a obrigação em separar três áreas dentro de sua propriedade

1. Áreas de proteção permanente (APP), que são as áreas à margem de fluxos de água, topo de montes e em áreas muito íngremes, as quais devem ser mantidas com vegetação nativa e não podem ser usadas.
2. Reserva legal, a qual pode ser de no mínimo 20%, 50%o ou 80% da área da propriedade rural, segundo a região onde a propriedade rural se encontra. Nessa área, é permitida a exploração sustentável das florestas, mas não o seu corte raso.

A legislação florestal

É parte da legislação ambiental, impõe ao proprietário rural a obrigação em separar três áreas dentro de sua propriedade

1. Áreas de proteção permanente (APP), que são as áreas à margem de fluxos de água, topo de montes e em áreas muito íngremes, as quais devem ser mantidas com vegetação nativa e não podem ser usadas.
2. Reserva legal, a qual pode ser de no mínimo 20%, 50%o ou 80% da área da propriedade rural, segundo a região onde a propriedade rural se encontra. Nessa área, é permitida a exploração sustentável das florestas, mas não o seu corte raso.
3. Área de uso livre pelo proprietário rural. Observe que o proprietário é dono de toda a terra, mas tem restrições ao uso dela..